

"Rede" da fome arrasta pescadores

Os pescadores com quem falámos consideram-se soldados empenhados no combate contra a fome. Apesar desta sua condição privilegiada, não puderam ocultar que, de igual modo, são vítimas da fome que abnegadamente se encontram a combater. A primeira constatação que se pode tirar, é de que isso sucede em grande medida pelo facto de se lhes escapar o controlo da sua produção, ocupando a posição de meros espectadores no cenário da comercialização do pescado.

Esta situação é tão preocupante para os pescadores cooperativistas, como é o caso dos do Rio Maria quanto para empresários que magistram soluções para encontrar alimentação para os seus trabalhadores.

O controlo que se pretende rigoroso do pescado capturado para a comercialização, redonda em literal ausência de autoridade responsável no fornecimento de alimentação para os pescadores.

Com apenas «desvios» mínimos, todo o pescado capturado na baía de Sofala é comercializado através do circuito oficial centralizado na PESCOM. No entanto, os pescadores vêem-se ignorados quando são decididas as quotas de abastecimento de produtos alimentares aos sectores produtivos, as quais ironicamente são completadas pelo peixe produzido, tirado pelas suas próprias mãos.

Soubemos, dos contactos realizados, que a única quota de abastecimento em produtos de consumo existentes, contempla apenas os pescadores e trabalhadores dos serviços administrativos do Combinado Pesqueiro.

O barco de alimentação dos pescadores cooperativistas e das empresas de pesca industrial de pequena escala, encontra-se à deriva. Em cada um dos casos arranja-se solução conforme a inserção social.

Para colmatar esta situação, o Combinado Pesqueiro viu-se na obrigação de retirar uma parte da sua quota de produtos alimentares, para entregá-la aos pescadores da Cooperativa do rio Maria, para que

estes não se vissem obrigados a optar trocar a pesca pela agricultura. O empresário pesqueiro Ru de Sousa disse-nos que vende uma quantidade de peixe seco a um comerciante de Chimoio, em Manica, em troca de farinha para alimentar os seus trabalhadores-pescadores. Claro está que essa venda poder-se-á considerar ilegal, tendo em conta a obrigatoriedade da entrega do pescado à PESCOM.

Os demais pescadores artesanais individuais que ainda não estão organizados em associações são deixados à mercê da sua sorte no que se refere ao problema de aquisição de bens alimentares. Estes, sendo o maior número, conseguem os seus alimentos na troca directa com o

consumidor em condições propícias à especulação que, regra geral, prejudicam o consumidor.

Paulo Saene, director do Combinado Pesqueiro lamentou a inexistência de uma quota de alimentos para os pescadores industriais e de pequena escala, posição que foi partilhada por Ru de Sousa. Este último disse ter havido promessas infrutíferas de apoio em alimentação. Opinou que o problema poderá ser ultrapassado quando os pescadores artesanais puderem, eles próprios, vender directamente ao consumidor a sua produção.

PREÇOS E SALÁRIOS

Indagado sobre o salário que re-

cebe como cooperativista, Zeca Ngandanga, 30 anos, pescador cooperativista no Rio Maria, disse ser variável: entre seis a dez mil meticalas mensais, dependendo de o tempo ter sido bom ou ruim para a pesca, uma vez que o valor do pescado é dividido em três partes.

Silva Mazeroge, 18 anos, pescador empregado dum proprietário de uma embarcação de pesca operando no Rio Maria, disse que o seu vencimento mensal é de três mil e quinhentos meticalas, sendo invariável.

A diferença nestes dois casos, reside no facto de os cooperativistas terem alimentação assegurada e um salário superior ao dos seus colegas empregados pelos proprietá-

rios, sendo que estes, procuram eles próprios a sua alimentação, porque os seus patrões nem sempre conseguem assegurar-lhes a refeição.

Ainda de acordo com os cooperativistas com quem dialogámos, o pescado, depois de seco nas instalações do acampamento, é entregue ao Combinado Pesqueiro.

Este, é vendido pelo Combinado a 180 meticalas o quilograma, conforme nos foi informado pelos responsáveis desta empresa. Depois, é pago aos pescadores a uma tabela fixa de 150,00 mt o quilograma.

Mediante o volume entregue pela cooperativa, num dado período, o Combinado Pesqueiro procede ao cálculo de percentagem.

Um terço do valor desse pescado, destina-se aos vencimentos dos cooperativistas outro terço destina-se ao pagamento do aluguer das embarcações do Combinado e o restante terço é destinado a custear os gastos do material pela cooperativa, tais como redes e combustível.

Os cooperativistas disseram que não têm tido problemas em ir à feira, apesar de estarem a funcionar quatro turnos com seis elementos cada um. Contando com quatro embarcações alugadas ao Combinado Pesqueiro, a cooperativa está neste momento a funcionar com apenas um barco, na sequência da paralisação das outras três.

Chimucuo Manuel, de 43 anos de idade, proprietário de duas embarcações, disse que o pescado capturado pelos seus pescadores é vendido no local à população. Queixou-se da falta de peças para os motores dos barcos e da reduzida quota de combustível.

Disse que recebe semanalmente 80 litros de diesel para as duas embarcações considerando esta quantidade reduzida. Quisemos saber se isto não provocava paralisação da sua actividade, tendo dito que não, uma vez que diariamente gasta mais 25 litros do combustível, que compra na candonga.



Os cooperativistas do rio Maria têm a sua alimentação assegurada. (Foto do Arquivo)